

Fortbras Autopeças S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Fortbras Autopeças S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fortbras Autopeças S.A. e Controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fortbras Autopeças S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	129.650	104.188	179.793	155.610	Fornecedores	11	138.937	136.462	274.007	220.105
Contas a receber de clientes	6	143.060	136.558	270.812	241.290	Impostos e contribuições a recolher		5.674	4.412	16.534	12.786
Estoques	7	255.309	220.612	589.806	435.726	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	640	11.777	5.344
Impostos a recuperar		10.950	10.039	34.813	18.730	Obrigações e encargos trabalhistas	12	30.808	25.639	51.451	38.758
Despesas antecipadas		1.848	592	1.876	596	Partes relacionadas	13	232	58.026	-	-
Outros créditos		14.390	8.314	28.447	16.628	Contas a pagar por aquisição de controladas	14	59.151	143.853	59.487	142.339
		555.207	480.303	1.105.547	868.580	Arrendamento mercantil a pagar	15	17.124	11.903	25.080	17.815
						Empréstimos e financiamentos	16	84.038	1.467	84.038	1.467
						Ações resgatáveis		-	15.551	-	15.551
						Dividendos a pagar	19.d	14.119	3.845	14.119	3.845
						Juros sobre o capital próprio a pagar	19.d	22.905	-	22.905	-
						Adiantamento de clientes		3.751	4.059	5.029	4.801
						Outros passivos		2.986	5.081	3.184	5.454
								379.725	410.938	567.611	468.265
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Contas a pagar por aquisição de controladas	14	168.101	182.928	163.066	179.048
Outros créditos		4.996	2.879	5.173	3.034	Empréstimos e financiamentos	16	416.021	188.255	416.021	188.255
Partes relacionadas	13	31	28	-	-	Provisão para riscos	17	4.599	21.291	6.662	24.301
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	60.803	56.187	71.234	67.227	Arrendamento mercantil a pagar	15	25.089	29.171	50.147	53.617
		65.830	59.094	76.407	70.261	Outros passivos		690	865	690	865
								614.500	422.510	636.586	446.086
Investimentos	8	727.870	703.365	-	-	Total do passivo		994.225	833.448	1.204.197	914.351
Imobilizado	9	47.307	37.120	80.869	56.961	Patrimônio líquido	19				
Direito de uso de ativos intangível	9	39.466	37.878	79.396	80.521	Capital social	19.a	70.318	70.318	70.318	70.318
	10	104.861	110.111	408.294	432.451	Reserva de capital	19.b	423.620	518.051	423.620	518.051
		919.504	888.474	568.559	569.933	Reserva de lucros	19.c	52.378	10.654	52.378	10.654
						Ações em tesouraria	19.e	-	(4.600)	-	(4.600)
						Total do patrimônio líquido		546.316	594.423	546.316	594.423
TOTAL DO ATIVO		1.540.541	1.427.871	1.750.513	1.508.774	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.540.541	1.427.871	1.750.513	1.508.774

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	20	1.038.008	810.701	2.018.335	1.643.306
Custo das mercadorias vendidas	21	(730.627)	(565.089)	(1.388.027)	(1.133.179)
Lucro bruto		<u>307.381</u>	<u>245.612</u>	<u>630.308</u>	<u>510.127</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	21	(59.056)	(43.374)	(125.520)	(95.638)
Administrativas e gerais	21	(188.632)	(153.911)	(292.502)	(276.140)
Despesas com depreciação e amortização	21	(23.289)	(14.147)	(36.784)	(25.326)
Amortização da mais valia e de ativos intangíveis	21	(37.481)	(37.532)	(37.481)	(37.532)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	21	33.227	35.166	14.754	20.073
Resultado de equivalência patrimonial	21	92.116	47.517	-	-
		<u>(183.115)</u>	<u>(166.281)</u>	<u>(477.533)</u>	<u>(414.563)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		<u>124.266</u>	<u>79.331</u>	<u>152.775</u>	<u>95.564</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	13.148	17.941	19.797	25.490
Despesas financeiras	23	(41.682)	(20.854)	(45.559)	(26.832)
Ajuste a valor presente - aquisição de controladas	23	(21.785)	(49.515)	(21.785)	(49.515)
		<u>(50.319)</u>	<u>(52.428)</u>	<u>(47.547)</u>	<u>(50.857)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>73.947</u>	<u>26.903</u>	<u>105.228</u>	<u>44.707</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	(3.626)	(30.264)	(24.081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4.617	(7.094)	3.600	(4.443)
		<u>4.617</u>	<u>(10.720)</u>	<u>(26.664)</u>	<u>(28.524)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>78.564</u></u>	<u><u>16.183</u></u>	<u><u>78.564</u></u>	<u><u>16.183</u></u>
Lucro por ação					
Lucro por ação - básico (em Reais)	19.d	0,96	0,17		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	78.564	16.183	78.564	16.183
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>78.564</u>	<u>16.183</u>	<u>78.564</u>	<u>16.183</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financ

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		55.285	382.948	-	992	(4.600)	(2.677)	431.948
Aumento de capital	19.a	15.033	134.967	-	-	-	-	150.000
Plano de opções de ações	19.f	-	136	-	-	-	-	136
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.183	16.183
Dividendos a pagar	19.d	-	-	-	-	-	(3.844)	(3.844)
Destinação para reservas	19.c	-	-	809	8.853	-	(9.662)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		70.318	518.051	809	9.845	(4.600)	-	594.423
Plano de opções de ações	19.f	-	169	-	-	-	-	169
Resgate de ações a conta de reserva de capital	19.b	-	(90.000)	-	-	-	-	(90.000)
Cancelamento de ações em tesouraria	19.e	-	(4.600)	-	-	4.600	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	78.564	78.564
Juros sobre capital próprio	19.d	-	-	-	-	-	(23.842)	(23.842)
Dividendos a pagar	19.d	-	-	-	-	-	(12.998)	(12.998)
Destinação para reservas	19.c	-	-	3.928	37.796	-	(41.724)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>70.318</u>	<u>423.620</u>	<u>4.737</u>	<u>47.641</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>546.316</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	78.564	16.183	78.564	16.183
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	60.770	51.679	74.265	62.858
Resultado de equivalência patrimonial	(92.116)	(47.517)	-	-
Provisão para estoques obsoletos	(308)	(221)	(15.997)	(2.590)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.557	(770)	3.368	2.158
Provisão para riscos	(10.522)	(4.530)	(10.554)	(4.720)
Provisão de participação nos lucros e resultados - PLR	1.194	4.304	7.001	4.245
Despesa com opções de ações	169	-	169	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	1.258	5.355	2.798	19.085
Imposto de renda e contribuição social	(4.617)	7.094	(3.600)	4.759
Ajuste a valor presente e juros - aquisição de controladas	21.773	49.515	21.773	49.515
Despesas financeiras sobre empréstimos, arrendamentos e contas a pagar por aquisição de controladas	33.023	14.560	34.814	17.020
Ganho por compra vantajosa	-	(11.361)	-	(11.361)
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(8.059)	(13.580)	(32.890)	(14.194)
Estoques	(34.389)	(8.112)	(138.083)	3.211
Impostos a recuperar	(910)	555	(16.490)	(1.808)
Outros ativos e passivos	(10.709)	15.818	(16.137)	(4.370)
Depósitos judiciais	(1.318)	-	(1.318)	90
Fornecedores	2.475	23.961	53.902	49.343
Impostos e contribuições a recolher	2.822	2.400	44.404	27.260
Salários a pagar, provisões trabalhistas, encargos sociais e provisão para riscos	(7.771)	1.696	(6.302)	1.453
Caixa gerado pelas atividades operacionais	32.886	107.029	79.687	218.137
Imposto de renda e contribuição sociais pagos	(3.138)	(2.530)	(35.160)	(25.609)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(23.962)	(5.387)	(23.962)	(5.387)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.786	99.112	20.565	187.141
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(21.273)	(15.969)	(42.192)	(37.183)
Aquisição de ativo intangível	(14.047)	(11.202)	(14.220)	(12.185)
Aquisição de investimentos em controladas, à vista	-	(157.697)	-	-
Aquisição de controlada, líquido de caixa adquirido	-	-	-	(141.582)
Recebimento de dividendos de controladas	-	-	-	-
Caixa recebido através de incorporação de controladas	-	19.056	-	-
Amortizações - contas a pagar aquisição de controlada	(118.865)	(193.817)	(118.865)	(193.817)
Aumento de capital em controladas	(14.050)	(9.000)	-	-
Partes relacionadas	4	37.469	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(168.230)	(331.160)	(175.277)	(384.767)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital social	-	150.000	-	150.000
Resgate de ações	(90.000)	-	(90.000)	-
Captação de debêntures, líquida de custos de estruturação	152.617	137.674	152.617	137.674
Captação de empréstimos	155.669	50.000	155.669	50.000
Pagamentos - operações de arrendamento mercantil	(12.104)	(14.674)	(21.116)	(23.790)
Dividendos pagos	(2.724)	-	(2.724)	-
Pagamento de ações resgatáveis	(15.551)	-	(15.551)	-
Venda de opções de ações	-	136	-	136
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	187.907	323.136	178.895	314.020
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25.462	91.088	24.183	116.394
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.188	13.100	155.610	39.216
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	129.650	104.188	179.793	155.610
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25.462	91.088	24.183	116.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita:				
Venda de mercadoria, produtos e serviços	1.092.165	851.652	2.139.108	1.736.872
Outras receitas operacionais	25.052	35.166	40.494	20.073
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(1.447)	(770)	(4.569)	2.158
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(757.640)	(568.861)	(1.449.725)	(1.174.681)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.333)	(37.943)	(126.633)	(124.667)
Valor adicionado bruto	<u>313.797</u>	<u>279.244</u>	<u>598.675</u>	<u>459.755</u>
Depreciação e amortização	(60.770)	(51.679)	(74.265)	(62.858)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>253.027</u>	<u>227.565</u>	<u>524.410</u>	<u>396.897</u>
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	92.116	47.517	-	-
Receitas financeiras	13.148	17.941	19.797	25.490
Valor adicionado total a distribuir	<u>358.291</u>	<u>293.023</u>	<u>544.207</u>	<u>422.387</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e Encargos:				
Remuneração direta	113.772	89.030	186.048	156.601
Benefícios	26.641	18.519	38.438	27.099
FGTS	8.131	6.455	13.905	12.272
	<u>148.544</u>	<u>114.004</u>	<u>238.391</u>	<u>195.972</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	45.410	65.593	101.007	80.691
Estaduais	10.378	11.572	37.577	27.822
Municipais	1.091	628	1.993	1.562
	<u>56.879</u>	<u>77.793</u>	<u>140.577</u>	<u>110.075</u>
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	37.006	20.854	38.627	26.852
Aluguéis	12.104	14.674	21.116	23.790
Ajuste a valor presente	25.194	49.515	26.932	49.515
	<u>74.304</u>	<u>85.043</u>	<u>86.675</u>	<u>100.157</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Lucros retidos	78.564	16.183	78.564	16.183
	<u>78.564</u>	<u>16.183</u>	<u>78.564</u>	<u>16.183</u>
Valor adicionado distribuído	<u>358.291</u>	<u>293.023</u>	<u>544.207</u>	<u>422.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fortbras Autopeças S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Manuel Bandeira, 291 - Bloco D - 1º Piso - Vila Leopoldina, São Paulo - SP.

A Companhia tem como objeto social o comércio, em atacado ou varejo, importação e exportação de peças e acessórios para veículos automotores. O seu acionista controlador é o Stuttgart Investimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, localizado no Brasil, o qual, por sua vez é administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda, também localizada no Brasil.

A Companhia tem expandido suas operações por meio de aquisições realizadas nos últimos anos, e vem racionalizando sua estrutura societária com a incorporação de diversas controladas. Conforme descrito na nota explicativa nº 8:

- Em 2020, a Companhia adquiriu o controle das sociedades: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia, Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. - Amazonas, Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre, Rondobras Autopeças Ltda. - Roraima e Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso.

A análise da evolução da posição financeira e resultados das operações deve levar em conta essas operações.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis da Companhia são demonstradas a seguir. Destaque-se que a partir de 31 de dezembro de 2020 a Companhia passou a adotar voluntariamente a divulgação das informações demonstradas abaixo, incluindo os respectivos valores comparativos:

- Demonstração do valor adicionado (vide nota explicativa nº 2.16).
- Segmentos operacionais (vide notas explicativas nº 2.17 e nº 22).

2.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, é o real - R\$.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, adota-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

2.3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Fortbras Autopeças S.A. (“Controladora”) e de suas controladas conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

2.4. Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – “Combinação de Negócios”. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por, se aplicável:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 – Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) – Benefícios aos empregados).
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamentos Baseados em Ações - na data de aquisição (vide a seguir).
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 (CPC 31 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima) ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As transações de aquisições de negócios são demonstradas na nota explicativa nº 8.

2.5. Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito acima.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada unidade geradora de caixa (“UGC”) que irá se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa aos quais o ágio foi alocado são submetidas no mínimo anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável de determinada UGC identificada no contexto das combinações de negócios for menor que o seu valor contábil (“carrying amount”), a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa e, posteriormente, aos outros ativos da do Grupo, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Se aplicável, eventuais perdas por redução ao valor recuperável do ágio serão reconhecidas no resultado do exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia colocou em prática seu plano de incorporações de controladas, reorganizando, portanto, tanto a sua estrutura societária quanto a estrutura de reporte, em consequência o “goodwill” passou a ser alocado para as UGCs “varejo”, “atacado” e “e-commerce” ao invés da alocação praticada anteriormente, a qual considerava cada “bandeira” do grupo como unidades geradoras de caixa. Vide nota explicativa nº 8 Investimentos em controladas.

2.6. Reconhecimento de receita

Venda de mercadorias

A Companhia comercializa peças e acessórios para veículos automotores, no atacado e varejo, por meio de seus próprios pontos de venda, via telefone, aplicativos de vendas e *e-commerce*. A receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda, ou quando a mercadoria é enviada ao cliente. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias e os riscos e benefícios são transferidos.

As garantias dadas aos consumidores correspondem àquelas determinadas pela legislação aplicável no Brasil, sendo que em caso de devolução por defeitos de fabricação, a Companhia possui o direito de obter a substituição e garantia pelos seus fornecedores.

Serviços de instalação

A Companhia fornece serviços de instalação de diversos produtos por ela comercializados. O pagamento pelos serviços de instalação é devido pelo cliente quando os serviços de instalação são concluídos. A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço prestado, que geralmente ocorre no mesmo dia de sua contratação.

2.7. Arrendamento

A Administração da Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados à taxa de juros aplicável, na data, a financiamentos incrementais da Companhia. Esta taxa representa o custo de financiamentos de bens com características semelhantes e prazos semelhantes àqueles relacionadas às operações de arrendamento mercantil. De acordo com contratos de arrendamento, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários, entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber, e pagamentos variáveis que dependem de um índice ou uma taxa.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do ciclo de negócios e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice de reajuste, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial, sendo depreciados durante o período de arrendamento, e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 9.

O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

2.8. Tributos sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base na alíquota combinada de 25% para IRPJ (“Imposto de Renda Pessoas Jurídicas”), incluindo adicional de 10% sobre base tributável superior a R\$240 mil no ano); e 9% para CSLL (“Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”) conforme a legislação tributária vigente no Brasil.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis, conforme citado acima. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados (apresentados pelo valor líquido) quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição ou ao seu valor recuperável, se aplicável. A depreciação é reconhecida de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 9.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de amortização são demonstradas na nota explicativa nº 10.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável.

2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a comercialização, venda e distribuição dos estoques. Os custos são compostos pelos custos de aquisição da mercadoria a ser revendida, impostos não recuperáveis, crédito de impostos sobre compras, bem como custos gerais incorridos, tais como fretes para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio e alocados ao resultado.

2.12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.12.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado.

2.12.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Contas a receber de clientes representa o principal ativo financeiro da Companhia, para as quais a Companhia reconhece perdas de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) sobre os valores em aberto, por meio de matriz de probabilidade de inadimplência com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustada por fatores conjunturais eventualmente capturados pela Administração da Companhia no decorrer de cada exercício social. No julgamento da Administração, o risco de crédito do grupo de contas a receber de clientes é baixo, uma vez que:

- (1) Historicamente este instrumento financeiro apresenta risco baixo de inadimplência, sendo que os valores não recuperáveis até 360 dias representam 0,28 % (1,24% em 2020) do total de contas a receber em 31 de dezembro de 2021. A Companhia entende que não há risco de crédito no e-commerce haja vista toda a venda ser feita no cartão de crédito / débito ou com pagamento antecipado. Vide nota explicativa nº 6.
- (2) A Administração da Companhia implementou atividades de controles internos que asseguram análise e aprovação de crédito para vendas a prazo. Os devedores apresentam, em geral, capacidade suficiente de cumprir suas obrigações no curto prazo.
- (3) O perfil da carteira de clientes não apresenta contas a receber com prazos médios de vencimento alongados acima de 45 dias, em média. Portanto, a Administração da Companhia acredita que mudanças adversas nas condições econômicas e de negócios no longo prazo não impactam no perfil do grupo de contas a receber.

Além do reconhecimento das perdas de crédito de liquidação duvidosa citadas acima, a Administração da Companhia reconhece provisão de perda de 100% de saldo de contas a receber relacionadas a clientes com saldos em aberto há mais de 360 dias e para devedores que tenham eventualmente decretado falência ou recuperação judicial no decorrer de determinado exercício social.

2.12.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

2.13. Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.15. Plano de Opção de Compra de Ações – “Stock Options”

Os planos de “stock options” são mensurados pelo valor justo nas respectivas datas de outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das “stock options” e os efeitos subsequentes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19f.

2.16. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como informação suplementar às suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

Em sua primeira parte a DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de produtos para revenda, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.17. Informações por Segmento

Em conformidade com o CPC 22(IFRS 8), a gestão da Companhia analisa seus resultados operacionais levando em conta a complexidade trazida pelo porte e diversidade de seus negócios, exigindo estratégias diferenciadas de alcance do mercado potencial que se deseja atingir. O processo de tomada de decisão é orientado com foco na gestão desses segmentos, assim como à alocação de investimentos e recursos. Nossas marcas e bandeiras são conhecidas, nossa amplitude geográfica é extensa e nossa linha de produtos é diversificada, sempre requerendo atenção gerencial, mas não são fatores que aconselhem foco estratégico diferenciado.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão generalizada do comércio eletrônico determinam nosso foco em estratégias diferenciadas em 3 segmentos de negócios: varejo, atacado e “e-commerce”. A Administração, na figura do Comitê de Gestão Executiva (o principal gestor das operações da entidade), monitora separadamente os resultados operacionais de cada segmento operacional para tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

As informações por segmentos são demonstradas na nota explicativa nº 22.

2.18. Ajuste a valor presente (“AVP”)

No reconhecimento inicial e mensuração de determinados passivos a Companhia aplica o conceito de AVP conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”. A principal rubrica impactada por esse conceito refere-se às contas a pagar por aquisição de controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº14.

2.19. Subvenções governamentais

As subvenções para investimento vigentes nas controladas Atacado União Ltda e Hipervarejo Ltda são decorrentes da redução da base de cálculo do ICMS das vendas dentro do Estado do Espírito Santo e redução do ICMS gerado nas vendas interestaduais. Tais subvenções são apuradas mensalmente e registradas a crédito da rubrica dedução de impostos sobre vendas (ICMS), refletidas, portanto, na rubrica de receita de vendas líquidas.

2.20. Reapresentação de determinadas informações financeiras

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia identificou oportunidade tributária relativa à tributação do IRPJ e CSLL oriundo do ganho de subvenções governamentais no âmbito do ICMS do Estado de Espírito Santo, nas controladas Atacado União Ltda e Hipervarejo Ltda. Consequentemente a Companhia retificou as informações referentes ao exercício social anterior, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativos						
Investimentos	698.648	4.717	703.365			
Impostos a recuperar	-	-	-	14.987	3.743	18.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	66.913	314	67.227
	<u>698.648</u>	<u>4.717</u>	<u>703.365</u>	<u>81.900</u>	<u>4.057</u>	<u>85.957</u>
Passivos						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	(6.005)	661	(5.344)
Dividendos a pagar	(2.723)	(1.122)	(3.845)	(2.723)	(1.122)	(3.845)
	<u>(2.723)</u>	<u>(1.122)</u>	<u>(3.845)</u>	<u>(8.728)</u>	<u>(461)</u>	<u>(9.189)</u>
Patrimônio líquido						
Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	(7.058)	(3.596)	(10.654)	(7.058)	(3.596)	(10.654)
	<u>(7.058)</u>	<u>(3.596)</u>	<u>(10.654)</u>	<u>(7.058)</u>	<u>(3.596)</u>	<u>(10.654)</u>
Resultado do exercício						
Equivalência patrimonial	42.800	4.717	47.517	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(28.483)	4.402	(24.081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(4.759)	315	(4.443)
	<u>42.800</u>	<u>4.717</u>	<u>47.517</u>	<u>(33.242)</u>	<u>4.717</u>	<u>(28.524)</u>

3. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS

IFRSs novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17	Contrato de seguros
IAS 18 (alterações)	Classificação de passivos como Circulante e Não Circulantes
Alterações à IAS 1	Referência a estrutura conceitual
Alterações à IFRS 3	Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido
Alterações à IAS 16	Ativo imobilizado
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de cumprimento do contrato
Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2018 – 2020	IFRS 19 – Instrumentos financeiros e IFRS 16 – Arrendamentos
Alterações à IAS 1 e IFRS	Divulgação de políticas contábeis
Alterações à IAS 8	Definição de estimativas contábeis
Alterações à IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia em períodos futuros.

4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais fontes de incerteza nas estimativas

A administração da Companhia durante o processo de aplicação das políticas contábeis do grupo, estabelece estimativas que afetam as demonstrações financeiras reportadas.

Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (ágio), teste de recuperabilidade de ativos não financeiros, valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios, provisão de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") e provisão para riscos.

Em relação a estas estimativas existem incertezas, destacando-se o efeito decorrente da pandemia da Covid-19, os quais comentamos a seguir.

4.1.1. COVID-19

A pandemia do novo Coronavírus instalou-se oficialmente no Brasil em 29 de fevereiro de 2020, quando foram reportados os primeiros casos pelo Ministério da Saúde. Em menos de dois meses, a seriedade da crise de saúde pública é visível e seus efeitos econômicos são considerados sérios. O ponto comum dessas previsões é o reconhecimento da incerteza sobre como evoluirá a pandemia, e por quanto tempo o isolamento social será recomendado ou imposto.

Em março/2020 devido à pandemia de Covid-19 as operações das lojas, centros de distribuição e áreas corporativas tiveram suas operações substancialmente interrompidas. Em Abril/2020 as operações começaram a ser retomadas de forma gradual com a reabertura de nossas operações, pelo fato de atuarmos no varejo e atacado de autopeças para veículos automotores, atividade considerada essencial pelas autoridades. Assim nossas lojas voltaram inicialmente a operar na modalidade de vendas por telefone e aplicativos, sendo as entregas realizadas na modalidade de "retira na loja e delivery".

A Companhia reagiu rapidamente em seu planejamento financeiro desde os primeiros sinais da crise, adotando medidas de preservação de caixa que incluíram a captação de recursos, a renegociação de aluguéis, postergação de prazos com fornecedores, redução de compras, suspensão e redução da jornada de trabalho de colaboradores.

Nosso foco continua sendo a preservação da saúde de nossos colaboradores, clientes e parceiros, foram implementadas medidas e protocolos sanitários recomendados pelas autoridades em toda a nossa operação.

Apesar da pandemia, ao longo de todo o 2º. Semestre/2020 e exercício de 2021 houve crescimento nas vendas a níveis superiores aos verificados pré-pandemia. Acreditamos que tenham sido decorrentes de diferentes fatores, como estratégias comerciais que possibilitaram maior disponibilidade de produtos frente aos concorrentes, revisão do modelo de crédito e cobrança para modelo estatístico proporcionando maior nível de venda sem aumentar o risco de crédito, distribuição geográfica das lojas em locais menos afetados pela pandemia, e atuação da Companhia para atender a demanda dos consumidores com o melhor nível de serviço possível. Apesar de todo o cenário desafiador, a Companhia abriu 9 novas lojas em 2020 e 24 lojas em 2021.

A Companhia não sofreu impactos relevantes em seus negócios no exercício corrente, mantendo índices de liquidez, rentabilidade e gestão de crédito que evitaram perdas significativas decorrente da pandemia.

A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos da crise do COVID-19.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	727	855	1.637	1.855
Bancos contas corrente	707	5.648	7.434	14.912
Aplicações financeiras	128.216	97.685	170.722	138.843
	<u>129.650</u>	<u>104.188</u>	<u>179.793</u>	<u>155.610</u>

As aplicações financeiras são automáticas em CDB - certificados de depósitos bancários com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valor. Todas as aplicações financeiras foram estruturadas para ter característica e rendimento de títulos de renda fixa, com remuneração média de 99% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. (A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 24.b).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Clientes	167.473	167.419	297.281	279.434
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(24.413)	(30.861)	(26.469)	(38.144)
	<u>143.060</u>	<u>136.558</u>	<u>270.812</u>	<u>241.290</u>

A maioria dos clientes são consumidores finais, frotas de empresas de transporte, instaladores e oficinas mecânicas. O prazo médio de recebimento de clientes é em torno de 51 dias e 52 dias em 2021 e 2020, respectivamente.

As contas a receber apresentam a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	137.034	121.181	252.379	182.726
Vencidos:	-	-	-	-
De 1 a 30 dias	4.438	4.022	9.499	26.491
De 31 a 60 dias	419	848	1.603	7.217
De 61 a 90 dias	270	8.345	952	21.023
Acima de 90 dias	25.312	33.023	32.848	41.977
	<u>167.473</u>	<u>167.419</u>	<u>297.281</u>	<u>279.434</u>

Como regra geral, as perdas em recebíveis de clientes refletem, ao longo do tempo, as políticas de crédito e cobrança da Companhia, assim como ações específicas de gestão de inadimplência, inclusive renegociações de prazos e condições. Essa correlação permite e justifica a adoção de uma base estatística de perdas reais do passado recente para estimar as perdas esperadas na base atual de contas a receber por meio de matriz de provisão baseada na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) buscando estabelecer a melhor estimativa contábil da perda de crédito esperada ao longo do tempo, as referidas práticas estão mencionadas a seguir:

- As bases estatísticas da estimativa de perdas são resultado da evolução, durante 13 meses, das cobranças mensais sucessivas das contas a receber de clientes, segregada por “Fases”, sendo que cada “Fase” mensal equivale ao total das contas a receber naquele mês, com vencimento no mês seguinte. A base é construída a partir da análise mensal consecutiva de idade das contas a receber (“aging list”).
- Essa sistemática é aplicada durante 13 meses consecutivos, quando se pode presumir que cobranças subsequentes serão de montante desprezível. Ao final desse período, a perda de crédito em cada fase será o resultado da multiplicação dos 13 percentuais de rolagem.
- O cálculo do saldo a provisionar é a multiplicação do coeficiente de perda (média móvel últimos 6 meses) sobre a carteira de recebíveis em aberto até 360 dias.

A Companhia concluiu com base nesta análise interna, que o modelo atualmente utilizado reflete adequadamente as perdas esperadas, capaz de capturar os riscos de inadimplência incorridos. Os valores não recuperáveis estimados na provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de até 360 dias representam: 0,29% no Varejo e 0,22% no Atacado (1,43 % e 0,43% respectivamente em 2020). No e-commerce não há expectativas de perdas relevantes visto que grande parte das compras são feitas por meio de cartões de crédito.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	(30.861)	(15.849)	(38.144)	(33.186)
Adição/(Reversão) de provisão	(1.557)	770	(3.368)	(2.158)
Adição de provisão - controladas adquiridas	-	-	-	(2.800)
Adição de provisão - controladas incorporadas (Nota nº 8)	-	(15.782)	-	-
Baixa por perda efetiva	8.005	-	15.043	-
Saldo no final do período	<u>(24.413)</u>	<u>(30.861)</u>	<u>(26.469)</u>	<u>(38.144)</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercadorias para revenda	256.890	222.501	599.830	461.747
Provisão para obsolescência	(1.581)	(1.889)	(10.024)	(26.021)
	<u>255.309</u>	<u>220.612</u>	<u>589.806</u>	<u>435.726</u>

A provisão para perda com estoques obsoletos foi constituída para itens sem movimentação há mais de 24 meses, refletindo o histórico de negócios da Companhia. A movimentação da provisão para perda de estoques obsoletos é como segue:

Provisão para obsolescência

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	(1.889)	(908)	(26.021)	(4.428)
Reversão de provisão	308	221	15.997	2.590
Adição de provisão - controladas adquiridas	-	-	-	(24.183)
Adição de provisão - controladas incorporação	-	(1.202)	-	-
Saldo no final do período	(1.581)	(1.889)	(10.024)	(26.021)

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Os valores relacionados aos investimentos em controladas são conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	424.755	376.390
Mais-Valia	105.611	129.471
Ágio ("Goodwill")	197.504	197.504
União	137.492	137.492
Rondobras	60.012	60.012
	727.870	703.365

O quadro abaixo apresenta um sumário das participações societárias nas empresas controladas pela Companhia ("Controladora"):

	Participação		Investimento em	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ambra Logística Ltda.	100,00%	100,00%	4.834	4.955
Atacado União Ltda.	100,00%	100,00%	122.830	112.199
Hipervarejo Ltda.	100,00%	100,00%	9.807	5.121
União Peças Itaperuna Ltda.	100,00%	100,00%	2.558	2.581
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia.	100,00%	100,00%	121.561	119.595
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas.	100,00%	100,00%	76.981	71.121
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre.	100,00%	100,00%	32.023	27.527
Auto Peças Rondobras Ltda - Roraima.	100,00%	100,00%	22.791	18.209
Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso.	100,00%	100,00%	31.370	15.082
			424.755	376.390

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021 (controladas)

	<u>Ativo</u> <u>Circulante</u>	<u>Ativo Não</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo Não</u> <u>Circulante</u>	<u>Patrimônio</u> <u>Líquido</u>	<u>Receitas</u>	<u>Lucro</u> <u>Líquido</u>
Ambra Logística Ltda	538	5.312	588	428	4.834	-	(121)
Atacado União Ltda	208.330	24.089	101.007	8.582	122.830	510.622	24.432
Hipervarejo Ltda	22.940	781	13.717	197	9.807	140.459	4.687
União Peças Itaperuna Ltda	2.630	802	466	407	2.558	3.669	(21)
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia	147.482	20.095	44.303	1.713	121.561	284.895	24.966
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas	103.094	10.777	29.909	6.981	76.981	160.281	22.360
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre	38.230	4.911	11.162	(44)	32.023	60.338	7.496
Auto Peças Rondobras Ltda - Roraima	27.587	2.565	5.973	1.388	22.791	38.065	6.081
Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso	35.816	9.270	10.412	3.305	31.370	29.059	2.236
<i>Total</i>	<u>586.647</u>	<u>78.602</u>	<u>217.537</u>	<u>22.957</u>	<u>424.755</u>	<u>1.227.388</u>	<u>92.116</u>

Em 31 de dezembro de 2020 (controladas)

	<u>Ativo</u> <u>Circulante</u>	<u>Ativo Não</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo Não</u> <u>Circulante</u>	<u>Patrimônio</u> <u>Líquido</u>	<u>Receitas</u>	<u>Lucro</u> <u>Líquido</u>
Menil Comércio de Peças Ltda(5)	-	-	-	-	-	-	-
Ambra Logística Ltda	493	5.784	483	839	4.955	-	227
Ambra Comercio de Pneus Salvador Ltda(5)	-	-	-	-	-	3.885	(891)
Atacado União Ltda(6)	177.535	36.356	91.494	10.173	112.199	386.521	14.808
Ambra Importadora e Exportadora Ltda(5)	-	-	-	-	-	-	-
Ambra Pneus Ltda(5)	-	-	-	-	-	2.491	(160)
Hípervarejo Ltda	12.452	236	7.562	5	5.121	85.405	(655)
União Peças Vila Velha Ltda(5)	-	-	-	-	-	3.926	501
Ambra Pneus Campo Grande Ltda(5)	-	-	-	-	-	1.463	(327)
Ambra Pneus Ribeirão Ltda(5)	-	-	-	-	-	-	(12)
Ambra Pneus Linhares Ltda(5)	-	-	-	-	-	1.396	(164)
Ambra Pneus Vila Velha Ltda(5)	-	-	-	-	-	389	9
Ambra Pneus Serra Ltda(5)	-	-	-	-	-	3.803	(71)
União Peças Vitória Ltda(5)	-	-	-	-	-	496	38
União Peças Betim Ltda(5)	-	-	-	-	-	3.487	28
União Peças Teixeira Ltda(5)	-	-	-	-	-	5.890	163
União Peças Eunápolis Ltda(5)	-	-	-	-	-	5.051	294
União Peças Recôncavo Ltda(5)	-	-	-	-	-	-	-
União Peças Itabuna Ltda(5)	-	-	-	-	-	2.988	231
União Peças Feira de Santana Ltda(5)	-	-	-	-	-	1.311	101
União Peças Colatina Ltda(5)	-	-	-	-	-	1.751	251
União Peças Divinópolis Ltda(5)	-	-	-	-	-	3.043	67
União Peças Cachoeiro Ltda(5)	-	-	-	-	-	6.209	626
União Peças Itaperuna Ltda	2.771	827	634	383	2.581	4.338	393
Multipeças Carapina Ltda(5)	-	-	-	-	-	2.160	213
Multipeças Guarapari Ltda(5)	-	-	-	-	-	3.610	345
Multipeças Campo Grande Ltda(5)	-	-	-	-	-	1.549	108
Multipeças São Mateus Ltda(5)	-	-	-	-	-	2.147	172
Multipeças Aracruz Ltda(5)	-	-	-	-	-	-	-
Multipeças Iconha Ltda(5)	-	-	-	-	-	1.598	126
União Peças Linhares Ltda(5)	-	-	-	-	-	1.373	82
União Comércio de Peças Ltda(5)	-	-	-	-	-	17.252	(3.124)
União Distribuidora de Peças Jardim Limoeiro Ltda(5)	-	-	-	-	-	6.179	380
União Peças Viana Ltda(5)	-	-	-	-	-	2.371	272
União Distribuidora de Peças Ltda(5)	-	-	-	-	-	1.627	150
Multipeças Guarus Ltda(5)	-	-	-	-	-	5.325	115
BHZ Peças Ltda(5)	-	-	-	-	-	6.627	(329)
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia	113.531	38.474	28.443	3.967	119.595	233.442	16.445
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas	69.267	26.164	18.561	5.749	71.121	120.223	10.050
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre	27.547	7.490	6.567	943	27.527	42.589	3.176
Auto Peças Rondobras Ltda - Roraima	19.142	3.851	3.052	1.732	18.209	31.032	3.101
Auto Peças Rondobras Ltda - Mato Grosso	17.787	1.064	3.769	-	15.082	18.044	778
Total	440.525	120.246	160.565	23.791	376.390	1.020.991	47.517

(5) Controlada incorporada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(6) Reapresentação do exercício de 2020, em decorrência da alteração do lucro líquido da controlada Atacado União Ltda., conforme nota explicativa nº 2.20.

A movimentação dos investimentos em controladas como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	548.567
Aquisições de controladas(1)	335.475
Aquisições – ganho por compra vantajosa(3)	11.361
Aumentos de capital em controladas	9.000
Resultado de equivalência patrimonial(4)	47.517
Amortização de mais-valias	(24.729)
Incorporações de controladas(2)	(172.866)
Reclassificação para o ativo intangível: incorporação	(51.905)
Outros	945
Saldo em 31 de dezembro de 2020	703.365
Distribuição de Dividendos- sem efeito caixa (5)	(57.801)
Aumentos de capital em controladas	14.050
Amortização de mais-valias	(23.860)
Resultado de equivalência patrimonial	92.116
Saldo em 31 de dezembro de 2021	727.870

- (1) Contraprestação mensurada a valor presente, e líquida de garantias de contingências. Vide a seguir, na seção “aquisições de controladas”.
- (2) Refere-se a seção “Incorporações de controladas diretas e indiretas”.
- (3) Na aquisição da entidade Rondobras Autopeças Ltda - Roraima houve o reconhecimento de compra vantajosa, pois o valor da contraprestação foi menor do que os ativos líquidos adquiridos avaliados a valor justo. O valor da contraprestação foi determinado em transação de mercado com terceiros não relacionados à Companhia, e consta no contrato de compra e venda desta entidade. A avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos foi preparada em momento posterior por avaliador qualificado e independente da Companhia.
- (4) Reapresentação do exercício de 2020, em decorrência da alteração de R\$4.717 do lucro líquido da controlada Atacado União Ltda. e Hipervarejo Ltda. Ver nota explicativa 2.20.
- (5) Houve a liquidação em 2021, através da compensação com mútuos que as controladas tinham a receber da Companhia, no valor de R\$57.801, como mencionado na nota explicativa 13 (transação sem efeito em caixa).

Aquisições de controladas

Prosseguindo em sua estratégia de expansão das operações, a Companhia realizou aquisições de novos negócios de distribuição de autopeças em 2020. Ao mesmo tempo, buscando racionalizar sua estrutura societária, procedeu à incorporação de diversas controladas, diminuindo a complexidade administrativa e custos associados. Essas operações estão descritas a seguir. Os valores a pagar por aquisição de controladas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são demonstrados na nota explicativa nº 14.

Aquisição em 2020

Em janeiro de 2020, a Companhia obteve o controle direto das seguintes sociedades: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia, Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. - Amazonas, Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre, Rondobras Autopeças Ltda. - Roraima e Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso, por meio da aquisição de 100% de seus capitais sociais.

As lojas estão distribuídas entre os estados de Rondônia, Amazonas, Acre, Roraima e Amapá na região norte, além de Mato Grosso na região centro-oeste. Com sede em Porto Velho - Rondônia, as empresas têm ampla presença na região e contam com 56 lojas comercializando autopeças mecânicas, elétricas e pneus tanto para linha leve, como para linha pesada.

O quadro abaixo traz um resumo das contraprestações pelas compras em 2020:

	Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia	Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda	Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre	Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso	Rondobras Autopeças Ltda - Roraima	Total
Contraprestação de compra						
Valor pago à vista	86.355	46.990	15.200	7.200	1.952	157.697
Valor a ser pago em parcelas anuais ao longo de 6 anos (2021 a 2026)	112.312	61.488	19.475	9.225	2.500	205.000
Valor a ser pago em 3 parcelas vencíveis, corrigidas pelo IPCA no 3º,4º e 5º ano (2023 a 2025)	12.012	2.040	4.140	1.380	720	20.292
(-) Garantias de contingências	(1.517)	-	(416)	-	-	(1.933)
Subtotal - preço de compra	209.162	110.518	38.399	17.805	5.172	381.056
(-) Ajuste a valor presente	(25.052)	(13.311)	(4.527)	(2.093)	(598)	(45.581)
Total da contraprestação	184.110	97.207	33.872	15.712	4.574	335.475

A taxa de desconto (ajuste a valor presente) aplicada à parcela da dívida foi determinada, na data da transação, com base na taxa SELIC estimada futura no mês de vencimento, sendo:

Parcela / Ano	Taxa – SELIC ao ano
1	3,90%
2	5,50%
3	6,30%
4	6,40%
5	6,40%
6	6,40%

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis estão demonstrados na tabela a seguir:

	Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia			Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda			Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre			Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso			Rondobras Autopeças Ltda - Roraima			Total		
	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/ Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/ Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/ Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/ Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/ Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/ Passivos a valor justo
Ativo																		
Ativos circulantes																		
Caixa e equivalentes de caixa	5.338	-	5.338	5.450	-	5.450	4.325	-	4.325	676	-	676	326	-	326	16.115	-	16.115
Contas a receber de clientes	39.325	-	39.325	13.074	-	13.074	3.141	-	3.141	3.951	-	3.951	2.756	-	2.756	62.247	-	62.247
PCLD	(2.053)	-	(2.053)	(366)	-	(366)	(60)	-	(60)	(411)	-	(411)	90	-	90	(2.800)	-	(2.800)
Estoques	71.275	-	71.275	51.356	-	51.356	18.755	-	18.755	8.197	-	8.197	15.407	-	15.407	164.990	-	164.990
Provisão de estoques obsoletos	(6.545)	-	(6.545)	(7.328)	-	(7.328)	(5.167)	-	(5.167)	(1.808)	-	(1.808)	(3.335)	-	(3.335)	(24.183)	-	(24.183)
Outros	1.253	-	1.253	223	-	223	319	-	319	26	-	26	-	-	-	1.821	-	1.821
Ativos não circulantes																		
Créditos ativo não circulante	3.669	-	3.669	3.672	-	3.672	4	-	4	-	-	-	-	-	-	7.345	-	7.345
IR Diferido	3.129	-	3.129	1.134	-	1.134	1.675	-	1.675	554	-	554	616	-	616	7.108	-	7.108
Imobilizado	911	5.060	5.971	504	645	1.149	910	(207)	703	72	92	164	59	83	142	2.456	5.673	8.129
Direito de uso - Imoveis	10.850	-	10.850	1.759	-	1.759	3.570	-	3.570	1.190	-	1.190	310	-	310	17.679	-	17.679
Direito de uso - IFRS 16	4.244	-	4.244	13.867	-	13.867	1.317	-	1.317	-	-	-	3.131	-	3.131	22.559	-	22.559
Intangível	1	40.968	40.969	-	17.403	17.403	-	4.470	4.470	-	3.988	3.988	-	5.099	5.099	1	71.928	71.929
Passivo circulante																		
Fornecedores e outras contas a pagar	(15.297)	-	(15.297)	(5.731)	-	(5.731)	(776)	-	(776)	(953)	-	(953)	(1.304)	-	(1.304)	(24.061)	-	(24.061)
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.709)	-	(1.709)	(3.155)	-	(3.155)	(4.864)	-	(4.864)
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(6.404)	-	(6.404)	(2.675)	-	(2.675)	(1.716)	-	(1.716)	(485)	-	(485)	(655)	-	(655)	(11.935)	-	(11.935)
Outras Obrigações	(311)	-	(311)	(1.021)	-	(1.021)	(96)	-	(96)	-	-	-	(229)	-	(229)	(1.657)	-	(1.657)
Passivo não circulante																		
Empréstimos e Financiamentos	(3.936)	-	(3.936)	(12.847)	-	(12.847)	(1.221)	-	(1.221)	-	-	-	(2.902)	-	(2.902)	(20.906)	-	(20.906)
Provisão de contingências	(2.299)	-	(2.299)	-	-	-	(630)	-	(630)	-	-	-	-	-	-	(2.929)	-	(2.929)
(-) Garantias de contingências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos líquidos adquiridos[a]	103.150	46.028	149.178	61.071	18.048	79.119	24.350	4.263	28.613	9.300	4.080	13.380	11.115	5.182	16.297	208.986	77.601	286.587
Contraprestação transferida[b]			185.627			97.207			34.288			15.712			4.574			337.408
(-) Garantias de contingências			(1.517)			-			(416)			-			-			1.933
Ganho na compra vantajosa[c]															11.125			11.125
Ágio na aquisição[e]=-[a]+[b]+[c]			34.932			18.088			5.259			2.332			(598)			60.013

Incorporações de controladas diretas e indiretas*Incorporações efetuadas em 2020 - A valores contábeis*

Ao longo de 2020 a Companhia incorporou as seguintes controladas: Menil Comércio de Peças Ltda, Ambra Importadora e Exportadora Ltda, Multipeças Aracruz Ltda, União Peças Reconcavo Ltda, União Peças Vitória Ltda, Ambra Pneus Vila Velha Ltda (todas em 01 de janeiro de 2020), União Peças Vitória Ltda e Ambra Pneus Vila Velha(Todas em 01/02/2020), União Peças Vila Velha Ltda, Multipeças Carapina Ltda, União Peças Viana Ltda, Multipeças Iconha Ltda, União Peças Feira de Santana Ltda, União Distribuidora de Peças Ltda (BA), Multipeças Campo Grande Ltda, União Peças Linhares Ltda, União Peças Colatina Ltda (todas em 01 de março de 2020), União Peças Itabuna Ltda, Multipeças São Mateus Ltda (ambas em 01 de maio de 2020), União Comércio de Peças Ltda, União Distribuidora Jardim Limoeiro Ltda, União Peças Cachoeiro Ltda, Multipeças Guarapari Ltda, Ambra Pneus Ribeirão Ltda (todas em 01 de agosto de 2020), União Peças Betim Ltda, BHZ Peças Ltda, União Peças Divinópolis Ltda, União Peças Teixeira Ltda, União Peças Eunápolis Ltda, Multipeças Guarus, Ambra Pneus Ltda, Ambra Pneus Campo Grande Ltda, Ambra Pneus Linhares Ltda, Ambra Pneus Serra Ltda, Ambra Comércio de Pneus Salvador. O ativo líquido incorporado, segundo laudos preparados por especialistas, totalizou R\$172.866, sumariado no quadro a seguir:

	<u>R\$ mil</u>
Caixa e equivalentes de caixa	19.056
Contas a receber de clientes	62.837
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(15.782)
Estoques	72.208
Provisão para perda com estoques obsoletos	(1.202)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	21.067
Impostos a recuperar	4.384
Despesas antecipadas	782
Outros créditos	5.471
Partes relacionadas	68.993
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.630
Imobilizado	18.541
Direito de uso de imóveis	17.551
Intangível	<u>201</u>
Total do ativo	<u>285.737</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	(55.747)
Impostos e contribuições a recolher	(944)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(1.876)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	(6.173)
Partes relacionadas	(4.659)
Outros passivos	(1.923)
Adiantamento de clientes	(8.780)
Provisão para riscos	(12.942)
Arrendamento mercantil	<u>(19.827)</u>
Total do passivo	<u>(112.871)</u>
Acervo líquido incorporado	<u><u>172.866</u></u>

Em consequência das incorporações, ágios e mais-valias anteriormente contabilizados na rubrica “investimentos em controladas” na controladora foram reclassificados para o seu ativo intangível.

9. IMOBILIZADO E DIREITO DE USO

	Taxa anual depreciação	Controladora				Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	7.443	(3.447)	3.996	3.707	9.788	(5.088)	4.700	4.179
Máquinas e equipamentos	10%	4.073	(1.687)	2.386	2.154	13.122	(7.053)	6.069	6.189
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	23.964	(4.303)	19.661	16.537	33.232	(4.869)	28.363	18.123
Instalações	10%	15.500	(5.605)	9.895	6.662	25.122	(7.087)	18.035	11.606
Veículos	20%	2.611	(2.325)	286	499	17.461	(12.113)	5.348	6.040
Equipamentos de informática	25%	17.049	(9.387)	7.662	6.494	26.065	(12.146)	13.919	9.246
Direito de uso de imóveis	20%	78.299	(38.833)	39.466	37.878	139.193	(59.797)	79.396	80.521
Obras em andamento	N/A	3.421	-	3.421	1.067	4.435	-	4.435	1.578
		<u>152.360</u>	<u>(65.587)</u>	<u>86.773</u>	<u>74.998</u>	<u>268.418</u>	<u>(108.153)</u>	<u>160.265</u>	<u>137.482</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não identificou indicadores de perda por valor recuperável dos ativos imobilizados, sejam internos ou externos e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação (“impairment”). A movimentação do saldo do imobilizado e do direito de uso em operações de arrendamento mercantil é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	74.998	29.183	137.482	81.803
Adições	21.273	15.969	42.192	37.183
Baixas	(523)	(5.355)	(1.902)	(19.085)
Saldo advindo de incorporações	-	18.541	-	-
Aquisição de controlada(nota explicativa nº 8)	-	-	-	48.367
Efeitos do arrendamento mercantil - Incorporações (nota explicativa nº 8)	-	17.551	-	-
Adição de novos contratos de arrendamento IFRS 16	10.181	14.703	20.271	29.318
Baixa de contratos de arrendamento IFRS 16	(809)	(1.447)	(994)	(14.778)
Depreciação	(18.347)	(14.147)	(36.784)	(25.326)
Saldo final	86.773	74.998	160.265	137.482

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual amortização	Controladora				Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio adquiridas	-	-	-	-	262.745	-	262.745	262.745	
Não concorrência	20%	18.836	(18.029)	807	3.922	18.836	(18.029)	807	3.922
Carteira de clientes	13%	61.597	(55.001)	6.596	17.102	128.782	(77.271)	51.511	70.375
Marca	15%	-	-	-	-	95.905	(39.135)	56.770	71.242
Ágio incorporadas	-	65.242	-	65.242	65.242	-	-	-	-
Software	20%	40.762	(8.546)	32.216	23.845	45.554	(9.093)	36.461	24.167
Total		186.437	(81.576)	104.861	110.111	551.822	(143.528)	408.294	432.451

O ágio relacionado às controladas incorporadas é dedutível fiscalmente para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social (IRPJ/CSLL). O ágio relacionado a controladas ainda não incorporadas serão dedutíveis a partir do momento em que ocorrer as incorporações.

A movimentação do intangível é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	110.111	59.606	432.451	325.854
Adições	14.047	11.202	14.220	12.185
Amortizações	(18.563)	(12.803)	(37.481)	(37.532)
Baixas	(734)	-	(896)	-
Saldos decorrente de incorporações	-	52.106	-	-
Aquisição de controladas(nota explicativa nº8)	-	-	-	71.929
Ágio e ativos alocados na aquisição de controladas(nota explicativa nº 8)	-	-	-	60.015
Saldo final	104.861	110.111	408.294	432.451

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não identificou indicadores, sejam internos ou externos, de perda por valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação.

Para fins de teste de recuperabilidade do ágio, em 31 de dezembro de 2021, o ágio, que totaliza R\$262.745, foi alocado às unidades geradoras de caixa (“UGCs”) são limitadas aos segmentos reportáveis da Companhia, citados abaixo.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão do comércio eletrônico nos levam a focar as estratégias em 3 unidades geradoras de caixa / segmentos de negócio: varejo, atacado e e-commerce. A Companhia acompanha e verifica a existência de perdas (“Impairment”) com base nessas 3 unidades geradoras de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº2.5, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia colocou em prática seu plano de incorporações de controladas, reorganizando, portanto, tanto a sua estrutura societária quanto a estrutura de reporte. Conseqüentemente, a composição das unidades geradoras de caixa foi alterada da alocação por “bandeiras” da Companhia para as UGCs “varejo”, “atacado” e “e-commerce”

O quadro abaixo resume o valor contábil das UGCs nas quais os ágios das aquisições foram alocados para fins de teste de recuperação, incluindo os seguintes ativos que compõem os seus saldos contábeis: ativo imobilizado, direito de uso e ativo intangível (consolidado).

UGC	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Varejo	468.360	471.664
Atacado	88.807	87.244
E-commerce	11.392	11.025
	<u>568.559</u>	<u>569.933</u>

O valor recuperável de cada UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração. A taxa de desconto utilizada nas projeções de fluxo de caixa foi de 16,20 % a.a no ano 1, 14,96% a.a no ano 2 e 14,63% a.a a partir do ano 3 até o ano 5, equivalente ao WACC determinado.

As principais premissas utilizadas pela Companhia são conforme segue:

- Crescimento real receitas de 5,0% a.a. a partir do ano 2 até o ano 5, e 2% a.a. na perpetuidade.
- Inflação estimada com base nas projeções do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) – Base 31/12/2021 (Fonte: Boletim Focus).
- Custo das vendas projetado para uniformização da margem bruta em níveis constantes.
- Despesas fixas, crescentes a taxa equivalente a 50% dos acréscimos reais de receita nos primeiros 5 anos (IPCA +2,5%).

“Market share” durante o período de projeção

Ao utilizar os dados de cada unidade geradora de caixa para taxas de crescimento, essas premissas são importantes, uma vez que a Administração avalia como a posição da unidade, relacionada com seus concorrentes, poderia mudar ao longo do período de estimativa. A Administração espera que a participação do Grupo no mercado de revenda de autopeças aumente ao longo do período de estimativa, tanto para varejo quanto para atacado e e-commerce.

Não se espera que o efeito da entrada de novos concorrentes no mercado gere impacto adverso nas previsões contempladas no orçamento, uma vez que mesmo que o crescimento real nas receitas seja nulo, não há evidências de possível perda por redução ao valor recuperável das UGCs “varejo”, “atacado” e “e-commerce”.

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	130.063	123.388	261.464	200.198
Fornecedores - Convênio ^(a)	8.874	13.074	12.543	19.907
	138.937	136.462	274.007	220.105

(a) Refere-se a saldo a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optarem por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programa de antecipação de recursos aos terceiros, utilizando linhas de créditos da Companhia junto às instituições financeiras.

12. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	5.103	3.656	9.656	7.534
Provisão para férias	11.407	8.661	19.548	15.390
Encargos sociais	3.913	3.184	6.717	5.696
Provisão PLR	10.385	10.138	15.530	10.138
	30.808	25.639	51.451	38.758

13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações entre partes relacionadas realizadas pela Companhia são os seguintes :

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
União Peças Itaperuna Ltda	-	-	222	225
Ambra Logística Ltda	64	53	-	-
Atacado União Ltda	-	-	-	13.801
Hipervarejo Ltda	-	-	10	-
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia	-	-	-	23.000
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas	-	-	-	16.500
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre	-	-	-	3.000
Rondobras Auto Peças Ltda - Roraima	-	-	-	1.500
Fortbras Autopeças S.A	(33)	(25)	-	-
	<u>31</u>	<u>28</u>	<u>232</u>	<u>58.026</u>

Os saldos com partes relacionadas são mútuos para gerenciamento de fluxo de caixa, sem prazo de vencimento definido e sem atualização monetária/juros. Houve a liquidação em 2021, através da compensação de dividendos que as controladas tinham a pagar para a Companhia, no valor de R\$57.801, como demonstrado na nota explicativa 8 (transação sem efeito em caixa).

Transações de compra e venda de mercadorias realizadas entre as empresas do Grupo totalizaram R\$317.533 em 2021 e R\$242.023 em 2020. Na tabela acima, não há saldos a receber decorrentes de transações comerciais.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e conselheiros, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, totalizou R\$14.577 em 2021 e R\$10.443 em 2020, relativo a benefícios de curto prazo, e encargos sociais decorrentes.

Adicionalmente, os administradores possuem planos ativos de opções de compra de ações conforme descrito na nota explicativa nº 19(f).

Houve também pagamentos de salários e encargos sociais no montante de R\$341 em 2021 e R\$533 em 2020, para acionistas minoritários que fazem parte do quadro de colaboradores da Companhia.

Obrigações com arrendamentos mercantis

As obrigações com arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2021 são de R\$24.354 (R\$21.751 em 31 de dezembro de 2020) com acionistas atuais da Companhia. Os totais pagos a essas partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$7.818 (R\$5.149 em 31 de dezembro de 2020).

Contas a pagar relativo a aquisições – Sellers Note

A Companhia possui determinadas obrigações de contas a pagar – “sellers note” – com acionistas atuais e ex-acionistas, as quais compõem parte do passivo registrado na rubrica “contas a pagar por aquisição de controladas” (vide nota explicativa nº14). O valor a pagar às partes relacionadas é de R\$31.321 em 2021 e R\$124.183 em 2020.

Rateio de despesas

O total de despesas rateadas entre a Controladora e as suas controladas é de R\$22.411 em 31 de dezembro de 2021 (R\$20.617 em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado na nota explicativa nº21. Os critérios de rateio levam em consideração as seguintes métricas: (a) número de colaboradores por loja; (b) faturamento líquido; e (c) número de lojas.

14. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES DE CONTROLADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fortbras Autopeças S.A. (a)	-	94.770	-	94.770
Menil Comércio de Peças Ltda. (b)	15.299	25.809	15.299	25.809
Grupo União (c)	31.321	30.711	31.321	30.711
BHZ Peças Ltda (d)	2.293	2.120	2.293	2.120
Rondobras Auto Peças Import. e Exportadora Ltda - Acre (g)	22.966	23.733	22.966	23.733
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas (f)	60.893	63.586	60.893	63.586
Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso (h)	9.908	10.644	9.908	10.644
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia (e)	117.800	124.665	117.800	124.665
Rondobras Auto Peças Ltda - Roraima (i)	3.102	3.241	3.102	3.241
	<u>263.582</u>	<u>379.279</u>	<u>263.582</u>	<u>379.279</u>
Ajuste a valor presente	<u>(27.288)</u>	<u>(49.062)</u>	<u>(27.288)</u>	<u>(49.062)</u>
Direito de indenização - "conta gráfica"(1)	<u>(9.042)</u>	<u>(3.436)</u>	<u>(13.740)</u>	<u>(8.830)</u>
	<u>227.252</u>	<u>326.781</u>	<u>222.553</u>	<u>321.387</u>
Passivo circulante	59.151	143.853	59.487	142.339
Passivo não circulante	168.101	182.928	163.066	179.048
	<u>227.252</u>	<u>326.781</u>	<u>222.553</u>	<u>321.387</u>

(1) Valores referentes a direito de indenização no valor a pagar de aquisições.

As contas a pagar vencem como segue (valor nominal antes do ajuste a valor presente e “conta gráfica”):

Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021		155.403		155.403
2022	66.620	34.412	66.620	34.412
2023	38.556	37.522	38.556	37.522
2024	46.812	46.265	46.812	46.265
2025	54.519	54.174	54.519	54.174
2026	57.075	51.953	57.075	51.953
	263.582	379.729	263.582	379.729

A Companhia apresenta o saldo a pagar à valor presente, na data do balanço, considerando como taxa de desconto o índice prevalecente nas respectivas datas de aquisições.

- a) O Sellers Note da Fortbras Autopeças S.A., referente a aquisições realizadas em 2016 tem vencimento em setembro de 2021, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, 140% do CDI da época (19,6% a.a.).
- b) O Sellers Note da Menil Comércio de Peças Ltda., referente a aquisição da Menil Comércio de Peças Ltda., tem vencimento em 3 parcelas anuais até 2022, com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a NTN-B. (para obrigações com vencimento em 2020, 3,86% a.a.; para 2021, 4,14% a.a.; para 2022, 4,42% a.a.).
- c) O Sellers Note da União Participações S.A. e suas controladas, tem vencimento em agosto de 2022, com atualização monetária pelo CDI. Neste caso, como a obrigação já é atualizada pelo CDI +2,50% ao ano, não ajustamos a obrigação a valor presente.
- d) O Sellers Note da BHZ Autopeças Ltda, tem vencimento em março de 2024 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a NTN-B. (para obrigação com vencimento em março de 2024, 3,83% a.a.).
- e) O Sellers Note da Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia, tem vencimento no montante de R\$112.312 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$12.012, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).
- f) O Sellers Note da Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda, tem vencimento no montante de R\$61.488 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$2.040, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).

- g) O Sellers Note da Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre, tem vencimento no montante de R\$19.475 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$4.140, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).
- h) O Sellers Note da Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso, tem vencimento no montante de R\$9.225 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$1.380, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).
- i) O Sellers Note da Rondobras Autopeças Ltda - Roraima, tem vencimento no montante de R\$2.500 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$720, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Os valores a pagar de arrendamentos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	15.172	14.581	24.516	21.809
2023	12.486	13.004	24.561	19.956
2024	7.335	9.075	15.200	18.578
2025	6.581	3.527	11.188	9.199
acima de 2025	6.504	7.211	9.481	12.325
	<u>48.079</u>	<u>47.398</u>	<u>84.947</u>	<u>81.867</u>
Encargos financeiros CP	(2.999)	(2.678)	(4.462)	(3.994)
Encargos financeiros LP	(2.867)	(3.646)	(5.258)	(6.441)
Total	<u>42.213</u>	<u>41.074</u>	<u>75.227</u>	<u>71.432</u>
Passivo circulante	17.124	11.903	25.080	17.815
Passivo não circulante	25.089	29.171	50.147	53.617

A Companhia possui contratos de arrendamento – aluguel de imóveis majoritariamente firmados com pessoas físicas e algumas partes relacionadas, como divulgado na nota explicativa de nº 13.

A movimentação dos passivos de arrendamento é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	41.074	19.698	71.432	54.349
Reclassificação IFRS16	-	(1.911)	-	20.906
Adições	10.181	14.765	20.271	29.318
Baixa	(809)	(43)	(994)	(14.778)
Adições por incorporações	-	20.271	-	-
Atualização de juros	3.871	2.967	5.634	5.427
Pagamentos	(12.104)	(14.674)	(21.116)	(23.790)
	42.213	41.074	75.227	71.432

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a companhia reconheceu o valor de R\$2.583, referente a pagamento variáveis de arrendamento não incluídas na mensuração de passivos de arrendamento, (R\$2.640 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos contábeis consolidados de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros (sem inflação futura) em comparação com a metodologia sugerida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019:

**Consolidado
2021**

Passivo de Arrendamento (s/ Inflação)	75.227
Requerimento CVM (c/Inflação)	97.888
%	-23,15%
Direito de uso (s/ Inflação)	79.396
Requerimento CVM (c/Inflação)	87.480
%	-9,24%
Despesa Financeira (s/ Inflação)	4.630
Requerimento CVM (c/Inflação)	5.485
%	-15,59%
Despesa de depreciação (s/ Inflação)	19.486
Requerimento CVM (c/Inflação)	21.830
%	-10,74%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores a pagar de empréstimos são como seguem:

Em moeda nacional	Emissão	Encargos anuais %	Controladora / Consolidado		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures simples [1] (i)	10/03/2020	CDI + 2,05%	143.893	141.683	143.893	141.683
(-) Custo Estruturação Debêntures			(1.751)	(2.077)	(1.751)	(2.077)
Empréstimos a pagar - CCB (ii)	08/05/2020	CDI + 3,45%	50.269	50.116	50.269	50.116
Empréstimos a pagar - 4131(iii)	16/03/2021	CDI + 3,20%	154.741	-	154.741	-
(-) Custo Estruturação Empréstimo 4131			(638)	-	(638)	-
Debêntures simples [1](iv)	15/09/2021	CDI + 1,80%	153.634	-	153.634	-
(-) Custo Estruturação Debêntures			(1.017)	-	(1.017)	-
			499.131	189.722	499.131	189.722
Em moeda estrangeira	Emissão	Encargos anuais %	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos - Finimp [2]	27/12/2021	VC* + 2,89%	928	-	928	-
			928	-	928	-
			500.059	189.722	500.059	189.722
	Passivo circulante		84.038	1.467	84.038	1.467
	Passivo não circulante		416.021	188.255	416.021	188.255
			500.059	189.722	500.059	189.722

[1] A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

[2] O valor da taxa cambial no momento da contratação foi de U\$ 5,5805

* Variação Cambial

Os valores classificados no passivo circulante e não circulante apresentam os seguintes prazos de vencimentos:

- (i) Na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2020, foi discutido e deliberado a emissão de debêntures da Companhia, não conversíveis em ações, no montante de R\$140.000, com prazo de pagamento de 7 (sete) anos, sendo 2 (dois) anos de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 2,05% a.a. .As garantias estão atreladas a partes de recebíveis da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) em 2020, inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. As debêntures requerem cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. A Companhia está adimplente com essas cláusulas.
- (ii) Em 8 de maio de 2020 a Companhia captou empréstimos Cédula de Crédito Bancário de R\$50.000 para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a parte de recebíveis da Companhia, não havendo cláusulas restritivas (“covenants”). Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 4,65% a.a. + CDI, com vencimento em parcela única em maio/21. Em 15/12/2020 a Companhia repactuou as condições deste empréstimo, para o prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, com carência de 18 meses, com parcelas de juros e amortizações semestrais, e juros anuais de 3,4506% a.a. + CDI.
- (iii) Em 16 de março de 2021, foi efetivado a operação em Cédula de Crédito Bancário - 4131 no montante de R\$150.000, com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, sendo 1 (um) ano de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 3,40% a.a. As garantias estão atreladas a partes de recebíveis em Cartão de Crédito da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. A Companhia está adimplente com essas cláusulas.

- (iv) Na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de setembro de 2021, foi discutido e deliberado a emissão de debêntures da Companhia (2ª emissão), não conversíveis em ações, no montante de R\$150.000, com prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, sendo 18 (dezoito) meses de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 1,80% a.a. As garantias estão atreladas a Fiança de Aval cruzado das empresas do grupo conforme abaixo descrito. Havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. A Companhia está adimplente com essas cláusulas.

Garantidores Aval: Atacado União Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.377.080/0001-88 (“Atacado União”), a Ambra Logística Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.702.688/0001-05 (“Ambra”), a Hipervarejo Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.922.922/0001-72 (“Hipervarejo”), a União Peças Itaperuna Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.422.307/0001-09 (“União Peças Itaperuna”), a Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.748.137/0001-40 (“Rondobras Rondônia”), a Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.673.145/0001-70 (“Rondobras Amazonas”), a Rondobras Auto Peças Importação e Exportação Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.213.890/0001-73 (“Rondobras Acre”), a Rondobras Auto Peças Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.867.024/0001-10 (“Rondobras Roraima”) e a Auto Peças Rondobras Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.742.520/0001-38 (“Rondobras Mato Grosso” e, em conjunto com a Atacado União, Ambra, Hipervarejo, União Peças Itaperuna, Rondobras Rondônia, Rondobras Amazonas, Rondobras Acre e Rondobras Roraima, “Fiadoras”) prestarão fiança.

Os valores de empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes prazos de vencimentos:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	1.467
2022	84.038	37.623
2023	108.102	37.623
2024	108.092	37.623
2025	108.092	37.623
2026	79.091	25.121
2027	12.644	12.642
	<u>500.059</u>	<u>189.722</u>

Os custos de estruturação das debêntures e Cédulas de Crédito Bancário são alocados linearmente a medida do prazo de fruição dos empréstimos e financiamentos.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provisão para riscos decorrentes das operações da Companhia

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão é constituída para cobrir perdas que sejam prováveis na opinião dos assessores legais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributária	2.551	18.838	3.313	19.488
Cível	602	698	1.730	1.609
Trabalhista	1.447	1.755	1.619	3.204
Total	4.599	21.291	6.662	24.301

As movimentações das provisões para riscos são demonstradas a seguir:

Movimentação	Controladora				Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo inicial	1.755	698	18.838	21.291	3.204	1.609	19.488	24.301
Adições	250	23	5.796	6.069	421	200	5.798	6.419
Reversões	(385)	(121)	(11.440)	(11.946)	(1.013)	(231)	(11.440)	(12.684)
Pagamentos	(345)	(28)	(11.373)	(11.746)	(1.228)	(58)	(11.374)	(12.660)
Atualização	173	29	729	931	233	209	842	1.285
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.447	602	2.551	4.599	1.619	1.730	3.313	6.662

Em abril/21 a companhia aderiu ao Programa Especial de Pagamento -PEP -ICMS 2020 do estado do Rio de Janeiro, conforme Lei Complementar Estadual nº 189/20. Devido à esta adesão, houve reversão na provisão de riscos tributários no montante de R\$15.325, com redução de R\$9.934 no montante da provisão tributária e pagamento de R\$5.576 lançado a Direito de Indenização – “Conta-Gráfica”.

Em 2021 o saldo dos processos com prognóstico possível, que não são provisionados na contabilidade, perfaz R\$4.817, sendo R\$3.811 relativos a processos tributários, R\$880 cíveis e R\$127 trabalhistas (em 2020 foram R\$5.927, R\$837, R\$1.597 e R\$3.493 respectivamente).

18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A análise a seguir reconcilia a carga tributária teórica sobre o resultado da Companhia com o crédito fiscal de IRPJ e CSLL registrado na Demonstração de Resultado, decorrente dos prejuízos operacionais incorridos e diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do período	-	(3.626)	(30.264)	(24.081)
Imposto diferido				
Imposto diferido sobre o lucro do período	4.617	(7.094)	3.600	(4.443)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	4.617	(10.720)	(26.664)	(28.524)
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	73.947	26.903	105.228	44.708
Expectativa de IRPJ e CSLL à alíquota 34%	(25.142)	(9.147)	(35.778)	(15.105)
Efeito tributário sobre:				
Equivalência patrimonial	31.320	16.156	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	8.106	-	8.106	-
Efeito sobre ajustes para retificação de anos anteriores	-	(11.212)	3.071	(11.092)
Efeito de valores constituídos das entidades adquiridas	-	-	-	1.921
(Adições) / Exclusões permanentes, líquidas	(9.667)	(6.516)	(2.063)	(4.248)
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	4.617	(10.720)	(26.664)	(28.524)

A Lei 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido.

Os impostos diferidos ativos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Imposto de Renda Diferido Ativo				
Provisão para ajuste a valor presente	124.782	103.008	124.781	103.008
Provisão para obsolescência de estoques	1.581	1.889	10.023	16.582
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	24.413	30.870	26.469	38.212
Amortização do ágio alocado	39.802	39.036	39.802	39.036
IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	118.821	58.857	123.279	62.713
IR/CS diferidos sobre IFRS 16/CPC 06 (R2)	3.074	3.195	7.393	5.405
Provisão de riscos	4.599	21.291	4.690	21.371
Outras provisões	12.637	14.135	23.955	18.427
Base de cálculo	329.708	272.281	360.392	304.756
Total do IR e CS diferidos (ativo) – Alíquota nominal 34% [a]	112.101	92.577	122.532	103.617

Os impostos diferidos passivos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Imposto de Renda Diferido Passivo				
Amortização fiscal do Ágio	139.515	95.667	139.515	95.667
Ganho decorrente de compra vantajosa / menos-valia	11.361	11.361	11.361	11.361
Outras provisões		-		-
Base de cálculo	150.876	107.028	150.876	107.028
Total do IR e CS diferidos (passivo) – Alíquota nominal 34% [b]	51.298	36.390	51.298	36.390
Saldo IR e CS diferidos líquido = [a] - [b]	60.803	56.187	71.234	67.227

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$70.318, representado por 82 milhões e 97 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 respectivamente. Os acionistas são:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Stuttgart investimentos	60.548.397	73,79%	51.890	71.109.104	73,31%	51.573
Ações em tesouraria	0	0,00%	0	636.507	0,66%	429
Juvenil Casagrande	1.941.591	2,37%	1.664	2.280.238	2,35%	1.654
Luiz Jorge de Marco	520.641	0,63%	446	611.450	0,63%	443
Adauto Lucio Paradela	434.823	0,53%	373	510.664	0,53%	371
João Henrique Flório Checon	14.884.864	18,14%	12.756	17.481.047	18,02%	12.678
Gabriel Paganini Checon	1.860.608	2,27%	1.595	2.185.130	2,25%	1.585
João Pedro Paganini Checon	1.860.608	2,27%	1.595	2.185.130	2,25%	1.585
	82.051.532	100%	70.318	96.999.270	100%	70.318

Em 28 de janeiro de 2020 os acionistas aumentaram o capital social da Companhia em R\$150.000, dos quais, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária, R\$134.967 foram destinados à reserva de capital e R\$15.033 mediante à emissão de 15,03 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

b) Reservas de capital

Valores aportados por acionistas

As reservas de capital referem-se principalmente a aportes financeiros realizados pelos acionistas que, nas assembleias gerais aplicáveis, destinaram parte dos mesmos a aumento de capital e a reservas de capital. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para:

- Absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros.
- Resgate, reembolso ou compra de ações.
- Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 19 de janeiro de 2021, e 19 de maio de 2021, foi discutido e aprovado o resgate de ações a conta de Reserva de Capital no valor de R\$40.000, e R\$50.000 respectivamente, totalizando R\$90.000.

- Resgate de partes beneficiárias. O art. 200 da Lei nº 6.404/76, em seu parágrafo único, determina que o produto da alienação de partes beneficiárias, registrado na reserva de capital específica, poderá ser utilizado para resgate desses títulos.
- Incorporação ao capital.

Pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais, com prioridade no seu recebimento, quando essa vantagem lhes for assegurada pelo estatuto social (art. 17, § 6o, da Lei nº 6.404/76, conforme nova redação dada pela Lei nº 10.303/01).

c) Reservas legal de lucros e reserva de retenção de lucros

Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Como no exercício de 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou lucro líquido, foi constituída reserva legal de R\$3.928 (R\$809 em 31 de dezembro de 2020).

O montante do lucro não destinado é transferido para a reserva de retenção de lucros, sendo que a sua destinação final será decidida, por proposta dos órgãos da administração, em assembleia geral de acionistas.

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme os termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, o qual foi considerado como antecipação dos dividendos mínimos obrigatórios. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício (a)	78.564	16.183
Denominador: Quantidade de ações, em milhares (b)	82.052	96.999
Lucro por ação (a)/(b)	0,96	0,17

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não possui instrumentos financeiros com potenciais efeitos de diluição acionária. Portanto não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2021 foi discutido e deliberado a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$23.842 a serem pagos durante o exercício 2022, conforme Lei nº 9.249/95 e art. 19 – parágrafo terceiro do Estatuto Social da Companhia.

d) Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de novembro de 2021, foi discutido e aprovado o cancelamento de 636.507 ações ordinárias mantidas em “Ações em Tesouraria” pelo valor de R\$4.600, as quais foram revertidas contra a conta de reserva de capital.

e) Opções de Compra de Ações

Os acionistas da Companhia aprovaram dois planos de compra de opções destinado a determinados funcionários, administradores e conselheiros (“participantes”) do Grupo (“1º Plano de Opções” e “2º Plano de Opções”).

Há quatro programas vigentes regulados pelo 1º Plano de Opções e dois programas vigentes regulados pelo 2º Plano de Opções, os quais preveem que os participantes devem permanecer na Companhia por períodos pré-determinados, perfazendo em média 5 anos (“vesting condition”). Caso ocorram eventos de liquidez listados no Plano de Opções ou uma oferta inicial de ações da Companhia (“IPO”), as opções de compra tornam-se exercíveis pelos beneficiários.

Os eventos de liquidez são: (a) venda, cessão, permuta ou qualquer outro tipo de alienação de ações da Companhia a terceiros não afiliados ao Grupo e ao seu controlador, desde que implique em transferência de controle da Companhia; (b) venda ou alienação de todos, ou substancialmente todos os ativos da Companhia a terceiros não afiliados ao Grupo e ao seu controlador. Caso ocorra um evento de liquidez, todas as opções tornam-se exercíveis. Somente os itens (a) e (b) são eventos de liquidez, portanto um IPO não é um evento de liquidez para fins dos planos de opções.

O plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente cível e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia ou suas controladas com os participantes, visto que os participantes correm risco de mercado e terão o dispêndio futuro para o exercício das opções.

No caso de rescisão de vínculo com a Companhia tanto nas situações motivadas pela Companhia, como em situações motivadas pelo participante, exceto em situações de justa causa, caso as opções tenham sido vendidas aos participantes (caso das opções do 1º Plano de Opções), a Companhia deverá reembolsar os participantes dos valores desembolsados inicialmente, atualizados pela variação positiva de índice de inflação vigente. Caso as opções tenham sido outorgadas gratuitamente (caso das opções do 2º Plano de Opções) ou em qualquer caso de rescisão motivada pela Companhia por justa causa, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou indenização, todas as opções de compra de ações.

As opções relativas ao 1º, 2º, 3º e 4º programas do 1º Plano foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade pelo valor de R\$431, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido.

As opções outorgadas no 1º Plano de Opções, relativas ao 1º, 2º, 3º e 4º programas, com as respectivas datas de outorga, quantidade, preço de exercício e preço de aquisição na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

Plano	Programa	Lote	Data de outorga	Quantidade outorgada	Preço de exercício (R\$)	Preço de aquisição (R\$)
1o Plano	1o Programa	Lote 2018-A	01/06/2018	316.270	13,7207	0,02212
1o Plano	1o Programa	Lote 2018-B	01/06/2018	316.270	18,2943	0,00641
1o Plano	1o Programa	Lote I	01/06/2018	1.419.995	4,6115	0,49431
1o Plano	1o Programa	Lote I-B	01/06/2018	177.499	9,2230	0,09047
1o Plano	1o Programa	Lote II	01/06/2018	266.789	7,4217	0,16996
1o Plano	1o Programa	Lote II-B	01/06/2018	33.349	13,4940	0,02363
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	24/05/2019	270.247	13,7207	0,00030
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	24/05/2019	270.247	18,2943	0,00004
1o Plano	2o Programa	Lote I	24/05/2019	963.249	4,6115	0,05338
1o Plano	3o Programa	Lote II	24/05/2019	403.924	7,4217	0,00817
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	24/05/2019	354.540	22,5300	0,00012
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	24/05/2019	354.540	30,0400	0,00002
1o Plano	3o Programa	Lote II	24/05/2019	1.167.114	8,2610	0,01625
1o Plano	3o Programa	Lote III	24/05/2019	323.435	9,0120	0,01162
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	31/08/2019	3.438	14,6353	0,00008
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	31/08/2019	3.438	18,2943	0,00002
1o Plano	2o Programa	Lote I	31/08/2019	17.364	4,9189	0,01563
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/08/2019	3.262	7,7476	0,00235
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	31/08/2019	3.245	22,5300	0,00000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	31/08/2019	3.245	30,0400	0,00000
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/08/2019	15.788	8,2610	0,00173
1o Plano	3o Programa	Lote III	31/08/2019	3.678	9,0120	0,00113
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	31/10/2019	6.302	14,6353	0,00008
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	31/10/2019	6.302	18,2943	0,00002
1o Plano	2o Programa	Lote I	31/10/2019	31.834	4,9189	0,01563
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/10/2019	5.982	7,7476	0,00235
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	31/10/2019	5.948	22,5300	0,00000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	31/10/2019	5.948	30,0400	0,00000
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/10/2019	28.945	8,2610	0,00173
1o Plano	3o Programa	Lote III	31/10/2019	6.743	9,0120	0,00113
1o Plano	1o Programa	Lote 2018-A	31/01/2020	40.412	11,9100	0,00072
1o Plano	1o Programa	Lote 2018-B	31/01/2020	40.412	15,8800	0,00017
1o Plano	1o Programa	Lote I	31/01/2020	204.124	4,0029	0,04432
1o Plano	1o Programa	Lote II	31/01/2020	38.351	6,4423	0,01070
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	20/01/2020	38.197	14,6353	0,00036
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	31/01/2020	22.994	14,6353	0,00000
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	20/01/2020	38.197	19,5138	0,00008
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	31/01/2020	22.994	18,2943	0,00000
1o Plano	2o Programa	Lote I	20/01/2020	192.934	4,9071	0,02925
1o Plano	2o Programa	Lote I	31/01/2020	116.146	4,9189	0,00158
1o Plano	2o Programa	Lote II	20/01/2020	36.249	7,7476	0,00603
1o Plano	2o Programa	Lote II	31/01/2020	21.823	7,7476	0,00007
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	20/01/2020	36.049	22,5300	0,00004
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	31/01/2020	59.842	22,5300	0,00000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	20/01/2020	36.049	30,0400	0,00001
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	31/01/2020	59.842	30,0400	0,00000
1o Plano	3o Programa	Lote II	20/01/2020	175.421	8,2610	0,00481
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/01/2020	291.200	8,2610	0,00039
1o Plano	3o Programa	Lote III	20/01/2020	40.867	9,0120	0,00338
1o Plano	3o Programa	Lote III	31/01/2020	67.839	9,0120	0,00023
1o Plano	4o Programa	Lote 2018-A	31/01/2020	139.570	9,9784	0,00270
1o Plano	4o Programa	Lote 2018-B	31/01/2020	139.578	9,9784	0,00270
1o Plano	4o Programa	Lote III	31/01/2020	837.406	9,9784	0,00270
1o Plano	2o Programa	Lote I	06/01/2021	7.235	4,9190	0,00013
1o Plano	2o Programa	Lote II	06/01/2021	6.578	8,2610	0,00004
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	06/01/2021	1.433	14,6350	0,0000
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	06/01/2021	1.433	18,2940	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote II	06/01/2021	1.360	7,7480	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote III	06/01/2021	1.533	9,0120	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	06/01/2021	1.351	22,5300	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	06/01/2021	1.351	30,0400	0,0000
1o Plano	4o Programa	Lote III	06/01/2021	3.064	9,9780	0,0001
1o Plano	4o Programa	Lote 2018-A	06/01/2021	511	9,9780	0,0008
1o Plano	4o Programa	Lote 2018-B	06/01/2021	510	9,9780	0,0008

As opções relativas ao 1º e 2º programas do 2º foram outorgadas gratuitamente aos participantes, e a despesa de R\$160 foi reconhecida no resultado.

As opções outorgadas no 2º Plano de Opções, outorgadas gratuitamente aos participantes, relativas ao 1º e 2º programas, com as respectivas datas de outorga, quantidade, preço de exercício na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

Plano	Programa	Data de outorga	Quantidade outorgada	Preço de exercício (R\$)
2o Plano	1o Programa	06/01/2021	426.038	14,8720
2o Plano	2o Programa	01/05/2021	152.986	14,8720
2o Plano	2o Programa	04/08/2021	215.171	14,8720
2o Plano	2o Programa	04/10/2021	430.343	14,8720

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os termos do 1º e 2º Plano de Opções, o número de opções dos participantes e respectivos preços de exercício foram ajustados para refletir (a) cancelamento de 6.488.479 ações de emissão da Companhia pelo seu valor patrimonial aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2021, (b) resgate e o cancelamento de 7.822.752 ações de emissão da Companhia pelo seu valor patrimonial aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, (c) pagamento de dividendos no valor de R\$2.723 e declaração de juros sobre capital próprio no valor de R\$23.842 ocorridos no ano de 2021.

Tal ajuste resultou na redução do número de opções em 1.423.542 opções, e uma redução no preço médio ponderado de exercício das 8.161.684 opções remanescentes para R\$9,7834 conforme tabela abaixo.

As opções de ações em circulação durante o exercício estão detalhadas a seguir:

Em unidades de opções	2021		2020	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)
Saldo no início do exercício	8.389.811	10,2095	5.735.194	10,7872
Opções concedidas durante o exercício	1.250.897	14,7771	2.696.496	10,0996
Recompra de opções durante o exercício	(55.483)	10,2814	(41.879)	10,3485
Ajuste por resgate de ações, JSCP e distribuição de dividendos	(1.423.542)	11,0919	-	-
Saldo no fim do exercício	8.161.684	9,7834	8.389.811	10,2095

O valor justo das opções outorgadas foi calculado nas datas das respectivas outorgas de cada programa com base no modelo de Black&Scholes e a metodologia de fluxo de caixa descontado. Para determinação do valor justo das opções, a Companhia utilizou as seguintes premissas:

		"Stock price" (i)	"Strike price" (ii)	"Time to maturity" (iii)	"Risk-free rate" (iv)	Volatilidade (v)	"Dividend yield" (vi)
1o Plano	1o Programa	2.28	8.0351	12 meses	9.12%	7.33%	-
1o Plano	2o Programa	1.67	8.5746	12 meses	7.94%	7.96%	-
1o Plano	3o Programa	1.32	13.0618	12 meses	7.65%	7.96%	-
1o Plano	4o Programa	1.35	9.9784	12 meses	6.02%	7.96%	-
2o Plano	1o Programa	14.42	14.8720	12 meses	8.46%	7.61%	-
2o Plano	2o Programa	15.71	14.8720	12 meses	8.38%	7.61%	-

- (i) "Stock Price": corresponde ao valor da ação na data da outorga, tendo sido calculada pela Administração da Companhia a partir de múltiplo das empresas comparáveis.
- (ii) "Strike Price": corresponde aos preços médios ponderados de exercício das opções outorgadas em cada programa do Plano de Opções.
- (iii) "Time to maturity": corresponde ao prazo do direito de aquisição: O exercício da opção pode ocorrer em até 12 meses após os beneficiários cumprirem as "vesting condition".

- (iv) “Risk-free rate”: corresponde à taxa de juros livre de risco. A Administração da Companhia utilizou a curva da taxa DI x Pré mais recente disponível nas datas de outorga de cada programa, e de acordo com a carência de cada opção.
- (v) Volatilidade: volatilidade anual dos preços das ações das principais empresas listadas comparáveis à Companhia, sendo elas internacionais de comércio de autopeças.
- (vi) “Dividend Yield”: não é previsto o pagamento de dividendos aos detentores das opções de compra reguladas pelo Plano de Opções vigente e os respectivos programas.

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta com venda de mercadorias	1.121.628	874.505	2.192.886	1.781.960
Receita bruta com prestação de serviço	2.893	1.018	16.989	15.215
Devoluções de vendas	(30.906)	(22.668)	(68.781)	(58.266)
PIS e Cofins	(36.620)	(29.408)	(58.915)	(48.453)
ICMS (i)	(16.952)	(11.730)	(60.013)	(44.862)
IPI	(1.890)	(965)	(2.979)	(1.550)
ISS	(145)	(51)	(852)	(738)
	<u>1.038.008</u>	<u>810.701</u>	<u>2.018.335</u>	<u>1.643.306</u>

- (i) As controladas Atacado União Ltda e Hipervarejo Ltda possuem benefícios fiscais de subvenções governamentais concedidas pelo Estado do Espírito Santo. A administração do Atacado União Ltda e Hipervarejo Ltda, suportada por parecer de seus assessores legais, concluiu que os benefícios advindos dessas transações se qualificam como subvenções governamentais, para o registro contábil e fiscal, conforme previsto nas normas contábeis e fiscais aplicáveis.

Essas subvenções consistem em:

- a) Redução da base de cálculo do ICMS para vendas dentro do Estado do Espírito Santo, instituídas pela Lei nº 7.000, Art 534-Z-Z-A do Regulamento do ICMS ES e modificações subsequentes. O crédito de ICMS nas compras é limitado a 7% e a alíquota efetiva para as vendas dentro do Estado é de 7%.
- b) Programa de Incentivo Vinculado à celebração de contrato de competitividade, instituído pela Lei Estadual ES Nº 10.568 e alterações subsequentes. Programa denominado: “Compete/ES” (abrangendo as operações de atacadista e e-commerce). Conforme previsto nesse Programa Compete/ES, a alíquota efetiva das vendas interestaduais é 1,10% e os créditos decorrentes das compras devem ser estornados.

As controladas Atacado União Ltda e Hipervarejo Ltda aderiram aos programas para usufruírem dos correspondentes benefícios, estando adimplentes com as determinações legais instituídas pelas correspondentes leis que instituíram referidos benefícios. O prazo para manutenção desses benefícios é indeterminado, desde que o Atacado União Ltda e Hipervarejo Ltda cumpram com os formalismos previstos na referida legislação e permaneçam em situação regular perante o Fisco Estadual.

As transações de compras e vendas geradas pelas controladas Atacado União Ltda e Hipervarejo Ltda são originalmente registradas nos livros contábeis e fiscais com a geração do ICMS como se não houvesse esses benefícios. Em seguida, são apurados os benefícios conforme previstos nas normas legais e fiscais aplicáveis. O benefício apurado é classificado como subvenção governamental, registrado a crédito do resultado do período, na rubrica dedução de impostos sobre vendas. Em seguida, os valores referentes a essa subvenção governamental são destinados, no patrimônio líquido, de reserva de lucros para reserva para incentivos fiscais nas controladas. Esses valores não serão distribuídos como dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021, essas subvenções para investimento resultaram em crédito à rubrica dedução de vendas, no montante de R\$30.105 (R\$23.364, referentes a 2020)

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo das mercadorias vendidas	(730.627)	(565.089)	(1.388.027)	(1.133.179)
Salários e benefícios	(140.203)	(108.077)	(225.967)	(190.123)
Depreciação e amortização	(23.289)	(14.147)	(36.784)	(25.326)
Amortização da mais valia	(37.481)	(37.532)	(37.481)	(37.532)
Despesas com comissão de vendas	(34.758)	(24.907)	(75.753)	(53.711)
Despesas com fretes e seguros	(21.757)	(16.306)	(43.086)	(35.040)
Serviços terceiros	(35.940)	(26.666)	(50.337)	(48.398)
Despesas tributárias	(2.989)	(2.020)	(5.030)	(5.174)
Despesas com manutenção e conservação predial	(10.482)	(6.893)	(17.690)	(15.037)
Receita de compartilhamento de despesas intragrupo	22.411	20.617	-	-
Demais despesas, líquidas	9.257	(9.228)	14.595	(15.582)
Ganho decorrente de compra vantajosa	-	11.361	-	11.361
Equivalência patrimonial	92.116	47.517	-	-
Total	(913.742)	(731.370)	(1.865.560)	(1.547.741)

Alocado a:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo das mercadorias vendidas	(730.627)	(565.089)	(1.388.027)	(1.133.179)
Despesas de vendas	(59.056)	(43.374)	(125.520)	(95.638)
Administrativas e gerais	(188.632)	(153.911)	(292.502)	(276.139)
Despesas com depreciação e amortização	(23.289)	(14.147)	(36.784)	(25.326)
Amortização da mais valia	(37.481)	(37.532)	(37.481)	(37.532)
Outras (despesas) receitas operacionais	33.227	35.166	14.754	20.073
Equivalência patrimonial	92.116	47.517	-	-
Total	(913.742)	(731.370)	(1.865.560)	(1.547.741)

As bonificações recebidas de fornecedores por crescimento de volume de compras são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes bônus são pagos ou creditados.

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Varejo		Atacado		E-commerce		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	1.612.642	1.359.764	265.235	198.137	140.458	85.405	2.018.335	1.643.306
Custos das mercadorias vendidas	(1.097.404)	(920.446)	(191.561)	(153.421)	(99.062)	(59.312)	(1.388.027)	(1.133.179)
Lucro Bruto	515.238	439.318	73.674	44.716	41.396	26.093	630.308	510.127
<i>Margem Bruta</i>	31,9%	32,3%	27,8%	22,6%	29,5%	30,6%	31,2%	31,0%
Despesas de vendas	(84.319)	(69.137)	(14.948)	(10.534)	(26.253)	(15.967)	(125.520)	(95.638)
Margem de contribuição	430.919	370.181	58.726	34.182	15.143	10.126	504.788	414.489
	26,7%	27,2%	22,1%	17,3%	10,8%	11,9%	25,0%	25,2%

O desempenho dos segmentos é avaliado pelo principal tomador de decisão de forma a acompanhar o desempenho comparativo das margens brutas e margens comerciais por segmento, haja vista que os atuais sistemas de informação permitem alocar adequadamente as receitas, custos e despesas de vendas por segmento. Na atual estrutura de gestão, despesas gerais, administrativas e financeiras são parte de um “pool” comum de despesas, sem critérios técnicos de associação direta aos 3 segmentos.

Na posição patrimonial, o item que deriva diretamente dos segmentos e pode ser quantificado são as contas a receber de clientes. Estoques e, em consequência, contas a pagar a fornecedores são comuns aos segmentos. Na logística, os centros de distribuição servem todos os segmentos em suas atividades de recebimento, guarda e entrega de produtos. Alguns outros ativos, como ativo imobilizado, direitos de uso de imóveis e ativo intangível, poderão ser associados a um ou outro segmento. Não obstante, é tão pequena a parcela dos ativos que poderiam ser diretamente relacionados aos segmentos, que tornaria a informação insignificante. Essa linha de julgamento justifica a ausência de segregação de ativos e passivos entre os segmentos.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros sobre aplicações financeiras	3.807	2.177	5.354	2.301
Juros de clientes	5.041	3.410	7.555	6.760
Descontos obtidos e correções monetárias	4.300	12.354	6.888	16.429
	<u>13.148</u>	<u>17.941</u>	<u>19.797</u>	<u>25.490</u>
<u>Despesas financeiras:</u>				
Juros sobre contas a pagar aquisição de controladas	(4.830)	(4.158)	(5.165)	(4.158)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.823)	(7.327)	(26.823)	(7.327)
Juros sobre arrendamentos	(3.871)	(2.976)	(5.634)	(5.735)
Outros	(6.158)	(6.393)	(7.937)	(9.612)
	<u>(41.682)</u>	<u>(20.854)</u>	<u>(45.559)</u>	<u>(26.832)</u>
<u>Ajuste a valor presente - aquisição de controladas</u>				
Ajuste a valor presente - aquisição de controladas	(21.785)	(49.515)	(21.785)	(49.515)
	<u>(50.319)</u>	<u>(52.428)</u>	<u>(47.547)</u>	<u>(50.857)</u>

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, por categoria, mensurados ao custo amortizado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	129.650	104.188	179.793	155.610
Contas a receber de clientes (Nota 6)	143.060	136.558	270.812	241.290
Partes relacionadas (Nota 13)	31	28	-	-
	<u>272.741</u>	<u>240.774</u>	<u>450.605</u>	<u>396.900</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores (Nota 11)	138.937	136.462	274.007	220.105
Partes relacionadas (Nota 13)	232	58.026	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	227.252	326.781	222.553	321.387
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	500.059	189.722	500.059	189.722
Ações resgatáveis	-	15.551	-	15.551
	<u>866.480</u>	<u>726.542</u>	<u>996.619</u>	<u>746.765</u>

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava saldo de passivo em moeda estrangeira (FINIMP) de R\$928. Tal saldo não é relevante e não traz riscos cambiais importantes para a Companhia.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras que são remuneradas por taxas de juros variáveis. Decorre também de algumas obrigações a pagar relativas à aquisição das empresas do Grupo União, que são atualizadas pelo CDI. Esse risco é administrado pela Companhia.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2021. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com aumento de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada deriva de análises de mercado e de estimativas internas elaboradas pela Administração da Companhia, e são demonstradas a seguir:

Indicador	Provável	25%	50%
CDI	10,33%	12,91%	15,49%

O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados em 31 de dezembro de 2021 é a sua elevação, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI é inferior ao saldo da obrigação a pagar relativa à aquisição das empresas do Grupo União e dos empréstimos e financiamentos, que também são atualizadas pelo CDI.

Abaixo, é apresentado o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses, considerando o cenário provável (CDI 10,33%), o cenário II (CDI 12,91%) e o cenário III (CDI 15,49%):

Controladora					
Transação	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (Nota 5)	Elevação do CDI	128.216	13.238	16.548	19.857
Contas a pagar por aquisição da União (Nota 14), bruto	Elevação do CDI	(31.321)	(3.234)	(4.042)	(4.851)
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	Elevação do CDI	(499.131)	(51.535)	(64.419)	(77.303)
Impacto no Resultado		(402.236)	(41.531)	(51.914)	(62.296)

Consolidado					
Operação	Risco	Saldo em 31/12/2020	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (Nota 5)	Elevação do CDI	170.722	17.627	22.034	26.441
Contas a pagar por aquisição da União (Nota 14)	Elevação do CDI	(31.321)	(3.234)	(4.042)	(4.851)
Debêntures simples (Nota 16)	Elevação do CDI	(499.131)	(51.535)	(64.419)	(77.303)
Impacto no Resultado		(359.730)	(37.142)	(46.428)	(55.713)

A Companhia vem aplicando seus recursos em instituições aprovadas pela Administração, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo, ou derivativos.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os seus níveis de endividamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	Posterior	
Fornecedores (Nota 11)	138.937	-	-	-	-	-	138.937
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14), Bruto	69.745	39.302	47.439	55.076	50.000	7.101	268.663
Conta Gráfica (Nota 14),	(9.042)	-	-	-	-	-	(9.042)
Arrendamento a pagar (Nota 15), bruto	15.172	12.486	7.335	6.581	3.169	3.336	48.079
Empréstimos e financiamentos (Nota 16), bruto	126.841	155.717	137.466	124.544	85.242	13.202	643.012
Total	341.654	207.505	192.239	186.201	138.411	23.639	1.089.649

	Consolidado						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	Posterior	
Fornecedores (Nota 11)	274.007	-	-	-	-	-	274.007
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14), Bruto	69.745	39.302	47.439	55.076	50.000	7.101	268.663
Conta Gráfica (Nota 14),	(13.740)	-	-	-	-	-	(13.740)
Arrendamento a pagar (Nota 15), bruto	24.516	24.561	15.200	11.188	4.363	5.119	84.947
Empréstimos e financiamentos (Nota 16), bruto	126.841	155.717	137.466	124.544	85.242	13.202	643.012
Total	481.369	219.580	200.104	190.808	139.605	25.422	1.256.888

d) Gestão do capital social

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	227.252	326.781	222.553	321.387
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	500.059	189.722	500.059	189.722
Ações resgatáveis	-	15.551	-	15.551
Dívida Total	727.311	532.054	722.612	526.660
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	129.650	104.188	179.793	155.610
Dívida Líquida	597.661	427.866	542.819	371.050
Patrimônio Líquido	546.316	594.423	546.316	594.423
Índice de endividamento líquido	1,09	0,72	0,99	0,62

e) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens e direitos sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (informação não auditada):

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Veículos	100% Tabela Fipe	25/08/2021 a 25/08/2022
Cobertura Básica	Patrimonial	R\$ 110 Milhões	25/08/2021 a 25/08/2022
D&O	Administradores	R\$ 30 Milhões	01/09/2021 a 01/09/2022
Responsabilidade Civil	Danos materiais/corporais	R\$ 5 Milhões	25/08/2021 a 25/08/2022

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM OS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 2020

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$14.703 e R\$29.318 respectivamente, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 9 e nº 15.
- Em janeiro/2020, a Companhia adquiriu o controle da totalidade do capital das seguintes sociedades: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia, Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. - Amazonas, Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. - Acre, Rondobras Autopeças Ltda - Roraima e Auto Peças Rondobras Peças Ltda. - Mato Grosso, sendo que:
 - R\$205.000 serão pagos em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. E o montante de R\$20.292, serão pagos em 3 parcelas anuais no período de 2023 a 2025, com atualização monetária pelo IPCA.
 - Na Controladora houve aumento em ativos e passivos em decorrência de incorporações de controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

Em 2021

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$10.181 e R\$20.271 respectivamente, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 9 e nº 15
- Houve aumento de capital nas controladas, que em ato contínuo liquidaram contratos de mútuos com a Controladora no montante de R\$57.801.
- Constituição de provisões para riscos com contrapartida em contas a pagar por aquisição de controladas (“contas gráficas”), no montante de R\$5.576 na controladora e no consolidado.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de fevereiro de 2022, a Fortbras Autopeças S.A., através de sua subsidiária integral Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda., assinou Contrato de Compra e Venda, para a aquisição da totalidade das quotas de capital do Batista e Naves Ltda. (“Jaicar”). A Jaicar, empresa com mais de 30 anos de tradição no mercado de autopeças de Goiás e Tocantins, conta com forte atuação na linha mecânica e é focada no varejo e distribuição com onze unidades instaladas em Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Inhumas (GO), Anápolis (GO), Senador Canedo (GO) e Palmas (TO). O preço de compra ajustado total foi de R\$140.000, a ser pago nas seguintes condições: R\$85.000 à vista, na data do fechamento; R\$ 15.000, corrigidos por IPCA, após 1 ano do fechamento, e R\$40.000, corrigidos por IPCA, após 5 anos do fechamento. Tal transação aguarda aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e demais condições precedentes usuais do contrato para conclusão da aquisição.

Em 17 de fevereiro de 2022 a Companhia captou empréstimo de R\$ 40.000 para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a aval das empresas do grupo econômico, há cláusulas restritivas (“Covenants”) a razão entre Dívida Líquida / EBTIDA deverá ser inferior ou a ou igual a 3,0 (três inteiros) em 2022, e 2,5 x a partir de 2023. Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 2,90% a.a. + CDI, com prazo total de 5 anos, com 6 meses de carência para pagamentos de juros, e 1 ano de carência para pagamento do principal, ambos com parcelas semestrais.

Na Ata de Reunião de Sócios realizada em 21 de março de 2022, da controlada Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda, foi discutido e deliberado a emissão de notas comerciais, no montante de R\$ 160.000, com prazo de pagamento de 5 anos, sendo 1 ano de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 1,95% a.a. .As garantias estão atreladas a aval das empresas do Grupo Econômico, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3,0 (três inteiros) em 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. As notas comerciais requerem cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. Os recursos serão utilizados para aquisição da Batista e Naves Ltda. (“Jaicar”) e capital de giro.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2022.
